

EDITORIAL

Apresentamos, nesta edição, 16 artigos, sendo que 7 artigos compõem o Fluxo Contínuo, que traz diferentes temas na área da educação, e 9 artigos formam o Dossiê Temático, intitulado: Desafios e Perspectivas da Educação Infantil: políticas e direitos da criança. O Dossiê foi organizado pelos editores convidados, Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda, (USCS/SECSP) e Prof. Dr. Paulo Sérgio Garcia (USCS/SEEDUC). Todos os artigos que integram a presente edição foram analisados pelo nosso Comitê Científico e encaminhados para avaliação – no sistema blind review – pelo corpo de pareceristas ad hoc da revista, composto por pesquisadores com reconhecida expertise na área.

Apresentamos os artigos de Fluxo Contínuo.

Carolina Louro, Débora Carvalhosa, José Leonardo, Raquel Sousa, Paula da Costa Ferreira e Sidclay Bezerra de Souza, no artigo intitulado: AUTOMUTILAÇÃO DIGITAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM UNIVERSITÁRIOS PORTUGUESES, analisam que a automutilação digital é um comportamento agressivo auto-dirigido que consiste na publicação ou envio de mensagens hostis para os seus próprios perfis criados numa rede social. Desse modo, este estudo teve o objetivo de compreender o comportamento da automutilação on-line em estudantes universitários. Através de um questionário on-line, 100 estudantes de psicologia de uma universidade pública de Portugal, com idades entre 17 e 45 anos ($M = 20.28$, $DP = 5.01$), sendo 83% do sexo feminino e 17% do sexo masculino, participaram deste estudo. Os resultados indicam que 3% referiram ter tido comportamento de automutilação digital, com frequência predominante no sexo feminino. Além disso, verificamos que 1% dos participantes respondeu tê-los praticado continuamente, 11% uma vez por mês, 5% uma ou duas vezes por ano, 5% apenas uma vez e 78% nunca o fizeram. Os resultados são discutidos e as implicações são apresentadas considerando-se a importância de uma educação que permita aos educandos conhecer os riscos que provêm do uso das redes sociais.

Kamila Lima de Santana e Ângela Maria Martins, no artigo intitulado: DESAFIOS PROFISSIONAIS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: O QUE DIZEM OS ESTUDOS DA ÁREA, apresentam dados de um estudo que integra investigação maior que analisou possibilidades e limites nas funções de coordenadores pedagógicos da rede municipal de São Paulo na implementação do Sistema de Gestão Pedagógica. Tem como propósito discutir elementos que incidem na construção de sua identidade profissional, assim como dos conhecimentos necessários para o exercício da função. Considera-se que a formação inicial e continuada de professores são aspectos que configuram contexto relevante para que o trabalho cotidiano de coordenadores pedagógicos logre bons resultados, ou não. A interlocução com a

literatura que examina essas questões se baseou em estudos elaborados entre 2008 e 2018, disponibilizados no portal da Capes. Como referencial teórico, ainda, ressalte-se a contribuição de Tardif e Raymond (2000); André e Vieira (2009); Placco, Souza e Almeida (2011, 2012); Almeida, Placco e Souza (2016). O estudo elabora interlocução com a literatura da área, ao assinalar que a dimensão temporal influi na constituição da identidade do coordenador pedagógico e que a prática profissional se destaca na construção dos saberes para o exercício da função.

Antonio Evanildo Cardoso de Medeiros Filho, Lucas Souza Silva, Paulo Henrique Rodrigues da Silva, Leandro Araújo de Sousa e José Airton de Freitas Pontes Junior, no artigo: FATORES DE ESCOLARIDADE ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENADE, apontam os principais fatores que, associados ao desempenho acadêmico, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, podem contribuir na construção e inovação de políticas públicas educacionais. Dessa forma, o estudo teve como objetivo associar o desempenho dos estudantes dos cursos de licenciatura em Educação Física no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) com as variáveis referentes à escolaridade estudantil. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e transversal. Participaram 15.400 ($26,52 \pm 6,43$ anos de idade) estudantes do curso de licenciatura em Educação Física participantes no ENADE 2017. Para coleta e análise dos dados foram explorados os microdados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados apontaram, entre outros fatores, um maior desempenho por parte dos estudantes que cursaram a Educação Básica na modalidade de ensino privado, bem como os que cursaram o Ensino Médio na modalidade de Cursos Técnicos Profissionalizantes e que tiveram auxílios de bolsas acadêmicas durante a graduação. Por outro lado, evidenciou-se um menor desempenho dos estudantes que cursaram a modalidade “Educação de Jovens e Adultos” e/ou Ensino Supletivo, como também dos estudantes que afirmaram que apenas assistiam às aulas.

Rafaella Cristina Campos, Ana Carolina Rezende, Mariella Silva Souza, Marina Alvarenga Botelho e Denise Aparecida Hipólito-Borges, no artigo intitulado: PERFIL DO EGRESSO EM ADMINISTRAÇÃO: ESTUDO EM UMA FACULDADE PARTICULAR MINEIRA, apresentam a caracterização do perfil do egresso do curso de administração de uma faculdade particular. Opta-se pela metodologia qualitativa e pela análise descritiva de 70 questionários semiabertos disponibilizados na modalidade online e tabulados em Excel. Há também a observância das ações institucionais para captação, retenção e formação dos egressos. Conclui-se que o perfil do egresso em administração é plural, bem como a percepção de sua formação e exercício profissional. Destaca-se a importância do desenvolvimento interpessoal, que foi considerada crucial, fato que permite questionar a preocupação técnica de

instituições de ensino. Além disso, os motivos descritos para a escolha da faculdade e do curso são contraditórios às campanhas de marketing institucional da faculdade em questão.

Cristiano Ferronato, Patrícia Batista e Bianca Sthephanny Martins Gomes, no artigo intitulado: **EDUCAÇÃO EM SERGIPE NO INÍCIO DO SÉCULO XX: UMA LEITURA A PARTIR DAS COMEMORAÇÕES ESCOLARES**, apresentam aspectos das Festas escolares em Sergipe no início do século XX. Consideramos o início do século XX um momento relevante para a consolidação do projeto de Brasil civilizatório. A historiografia educacional apresenta o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX com forte impulso para o fortalecimento da instituição escolar. Nessa pesquisa de abordagem qualitativa, foram utilizadas a análise histórica documental e a bibliográfica, e o fio condutor das apreciações é o da História cultural. As comemorações estão atreladas às tradições e aos rituais, dessa forma foi possível perceber como as instituições de ensino organizavam suas comemorações e as atrelavam aos conteúdos curriculares, apresentando à sociedade do período estudado a forma de “educar” o novo homem. Como base para as discussões, foram utilizados os conceitos de cultura escolar de Antonio Escolano e Dominique Julia, Roger Chartier com o conceito de representação, Eric Hobsbawm o de tradição, Chervel o de disciplinas escolares. Para a escrita foram utilizadas como fontes jornais do período estudado.

Oton Magno Santana dos Santos e Natanael Reis Bomfim, no artigo: **O LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**, apresentam reflexões sobre o livro didático com ênfase na sua importância como suporte mais recorrente ao trabalho docente e, em muitos casos, o único suporte disponível a professores e estudantes. Propõem uma discussão sobre o conceito de livro didático e suas implicações históricas. Na sequência, destacam o Programa Nacional do Livro Didático, sua história e sua abrangência. Para tanto, realizaram uma breve descrição do histórico do LD, através de consultas aos portais do MEC e do FNDE. Utilizaram as definições de Antônio Gomes Batista, Maria José Coracini, Marisa Lajolo e Regina Zilberman para entender não apenas a definição de livro didático, mas também o seu objeto e os seus precursores ou antecedentes. Além dos autores citados, aparecem como referência, neste trabalho, Cassiano (2013), Kleiman (2008) e Munakata (2007).

Josiane do Carmo Santos da Silva Dias e Vivian da Silva Lobato, no artigo intitulado: **LINGUAGEM, IDENTIDADE E FORMAÇÃO CONTINUADA: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DAS REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS E IDENTITÁRIAS**, contextualizam questões acerca da linguagem enquanto meio e representação do sujeito no contexto social, sendo constituidora de identidades, uma vez que pressupõe a interação entre sujeito e sociedade como sendo norteadas pelas

práticas linguísticas e socioculturais. Para complementar a discussão foi feita a análise sobre o discurso normativo das Esferas Governamentais a respeito da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores e a construção de saberes, haja vista que as formações são consideradas por muitos estudiosos como constitutivas de identidades profissionais docentes. Para tanto, foi realizado estudo bibliográfico, a fim de fundamentar as referidas discussões.

Apresentamos os artigos do Dossiê: Desafios e Perspectivas da Educação Infantil: políticas e direitos da criança.

Andreia dos Santos Oliveira, Sirley Leite Freitas e Elieuzza Aparecida de Lima, no artigo: A LEITURA E A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS DA INFÂNCIA: EXPERIÊNCIAS COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, propõem como objetivo refletir sobre a leitura e contação de histórias como direitos fundamentais da infância à luz da Teoria Histórico-cultural, a partir do relato de experiência de um projeto de extensão realizado em instituição de atendimento a crianças em situação de acolhimento devido ao abandono ou maus tratos. Para isso, como metodologia, utilizou-se a revisão bibliográfica e a análise das experiências vivenciadas em campo. Como resultado defendeu-se a tese de que a leitura e a contação de história são direitos fundamentais da infância porque são meios genuínos de construção de conhecimentos e desenvolvimento da criança. Dessa forma cabe à família, à escola e à sociedade encontrar formas para que toda criança tenha o direito ao acesso à leitura e contação de história desde a mais tenra infância.

Lilia Asuca Sumiya e Silvia Craveiro, no artigo intitulado: O DESAFIO DA AMPLIAÇÃO DE VAGAS EM CRECHES: OS DIFERENTES MECANISMOS DE GESTÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, analisam os mecanismos de gestão utilizados pela Prefeitura de São Paulo para ampliar a oferta de vagas nas creches, que é a primeira etapa da Educação Básica. O Plano Nacional de Educação estabeleceu que 50% da demanda deve ser atendida até 2024, sendo que, no Brasil, a taxa de matrícula é de 21,2%, e no município de São Paulo era de 26,8% (2014). A metodologia da pesquisa baseou-se na utilização de dados secundários, como documentos oficiais, pesquisas, dados do site da Prefeitura e entrevistas com gestores municipais. Os dados revelaram que a Prefeitura tem utilizado como principal estratégia a ampliação do número de convênios com organizações não governamentais, que correspondem a quase 80% do total de estabelecimentos. Além disso, destacaram-se iniciativas inovadoras de gestão, como o sistema informatizado de cadastro, realização do diagnóstico da demanda, estudo sobre localização das novas creches e parcerias com o setor privado. Apesar dos avanços, prevalece o desafio de ampliar a cobertura considerando: a demora dos processos licitatórios

para construção de novas unidades, a falta de terrenos em locais apropriados para expansão da rede, a elevação dos custos ao se optar pela ampliação a partir da rede própria.

Cláudia Aparecida Ferreira Machado, Geisa Magela Veloso e Maria Jacy Velloso Maia, no artigo: VOZES E PRÁTICAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARTICIPANTES DO PNAIC, apresentam uma discussão sobre concepções de professoras da Educação Infantil quanto às especificidades da criança e da infância que orientam o seu fazer em sala de aula. A pesquisa é de natureza qualitativa e teve como sujeitos 781 professoras da Educação Infantil participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que responderam a um questionário composto por questões abertas. Constatou-se uma grande diversidade de representações e práticas centradas em estudos psicológicos, orientando o currículo para o desenvolvimento das crianças nas áreas afetiva, social, motora e cognitiva, com ênfase nas experiências prévias, em que os jogos e brincadeiras ocupam lugar central na definição da aprendizagem.

Clóvis Trezzi e Gabriela Rodrigues Almeida da Rosa, no artigo intitulado: OS AMBIENTES EDUCATIVOS NA CRECHE E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA, apresentam como objetivo compreender de que forma a organização do espaço o torna de fato um ambiente educativo na educação infantil, especialmente na etapa da creche. Para tanto, utilizou-se o método de investigação bibliográfica, que ajudou a compreender o processo de maturação, desenvolvimento e aprendizagem da criança a partir da organização do espaço educativo da creche. Discute-se nele a ideia de que o espaço educacional da creche, quando colocado em uma relação de diálogo com tudo o que compõe o fazer pedagógico da creche, é fundamental para a maturação, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. O estudo conclui que esse espaço, aliado à dinâmica pedagógica, pode levar a experiências significativas ou frustrantes nessa fase da vida, uma vez que nesse período é muito importante no desenvolvimento da personalidade da criança.

Glacione Ribeiro da Silva Arruda e Anelise Monteiro do Nascimento, no artigo intitulado: EDUCAÇÃO COMO DIREITO DOS BEBÊS: ATENDIMENTO, PRIORIDADE E ACESSO NA BAIXADA FLUMINENSE, apresentam uma pesquisa que investigou o atendimento educacional oferecido aos bebês menores de um ano nos municípios da Baixada Fluminense (RJ). Nesse estudo, os bebês são compreendidos como categoria social, a partir da condição de sujeito e pessoa, do lugar que eles ocupam nas políticas para Educação Infantil e da garantia do direito ao atendimento nos sistemas educacionais. O referencial teórico-metodológico se construiu no diálogo entre os estudos da Filosofia, Ciência Política e Direito. Como conclusão, destaca-se que o atendimento educacional dos bebês menores de um ano é um direito não efetivado pela maior parte dos municípios da Baixada Fluminense - somente quatro,

dos treze municípios da região, realizam esse atendimento. A realidade desses quatro municípios foi analisada sob três aspectos: a indefinição sobre a idade inicial para o atendimento na creche, a falta de prioridade e os critérios para o acesso - o que torna o atendimento aos bebês discricionário. Os bebês ocupam o lugar de sujeitos nas e das políticas, porém ainda não podem ser considerados objetos dessas políticas.

Tatiane Priscilla Caires e Márcia Aparecida Amador Mascia, no artigo: UMA REFLEXÃO SOBRE A SUBJETIVAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, apresentam como objetivo ampliar as possibilidades de análise e reflexão sobre as práticas de subjetivação nas escolas de Educação Infantil. O trabalho se sustenta a partir das experiências de uma das autoras, enquanto professora, e de pesquisas bibliográficas sobre as escolas italianas de Reggio Emília. O referencial teórico está pautado, sobretudo, nas concepções foucaultianas e autores que se utilizam dessa mesma abordagem, como Deleuze, Gore, Larrosa, Pêcheux. A partir desse trabalho é possível concluir que, a educação da atualidade depara-se com a urgência de se pensar e agir numa perspectiva mais humanizadora. Em algumas realidades escolares brasileiras, por exemplo, o trabalho pedagógico mostra-se desvinculado das asserções infantis e carregado por ideias normativas que criam obstáculos aos avanços na Educação Infantil. Os dados apontam para a necessidade de transformações, tendo início pela flexibilidade sobre a prática pedagógica e o reconhecimento de novas possibilidades para essa etapa da Educação Básica. Entende-se que o contexto educativo precisa ter a ação de proporcionar atividades diversas que possam contemplar a múltipla diversidade existente no meio infantil. As crianças pequenas necessitam de uma riqueza de experiências oferecidas que permitam o exercício constante da criatividade e da imaginação. Portanto, busquemos as “coisas a saber”, com vistas a compatibilizar o desenvolvimento infantil.

Andreia Menarini e Manuel Tavares, no artigo intitulado: EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: INFLUÊNCIAS E CONTEXTOS, discutem a Educação Infantil brasileira, que, desde a sua origem, no século XIX, recebe influências internacionais. Os diferentes contextos sociais, econômicos e políticos, além das organizações e acordos internacionais, de que o Brasil é signatário, pautaram as políticas públicas implantadas para essa faixa etária desde o tempo do Império até aos dias atuais. O artigo discute, a partir de pesquisas realizadas sobre o tema e a legislação, as principais influências e contextos da Educação Infantil brasileira até à sua inclusão, em 2017, no programa de alfabetização vigente no país, intitulado Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na busca da melhora dos índices de desempenho dos alunos na alfabetização. Pretende-se, por meio das reflexões propostas, contribuir para uma compreensão dos caminhos percorridos pela Educação Infantil e dos jogos de interesse existentes na complexidade educacional do país.

Joana Pereira Sandes, Nadja Meira de Souza e Geraldo Eustáquio Moreira, no artigo intitulado: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AUTONOMIA PARA APRENDER E PARA ENSINAR, apresentam discussões voltadas para uma questão fundamental em nossos dias: a liberdade acadêmica, com ênfase na valorização da autonomia do professor em quaisquer níveis de ensino, para aprender e também para ensinar. Atrelado a essa temática, discutiu-se o trabalho na Educação Infantil relativo ao campo de experiência espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – apoiado em atividades que possam estimular o desenvolvimento da autonomia intelectual, na criança pequena, capacitando-a a pensar e agir por si mesma. A fim de fortalecer o debate acerca da autonomia intelectual, são apresentadas situações-problema, resolvidas por estudantes da Educação Infantil. A metodologia foi embasada na pesquisa qualitativa e os resultados revelaram a capacidade que as crianças já possuem de pensar com independência. Evidenciaram, ainda, as autoras, a importância do estímulo à criticidade e às resoluções individuais das situações propostas, como importantes aspectos que favorecem a autorregulação do aprendiz e a intervenção reguladora do professor.

Jonilson Costa Correia e Mary Jane Duarte dos Santos, no artigo: O USO DE SOFTWARES COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO DE CASO NO CENTRO EDUCACIONAL EXPEDITO CAMILO EM SÃO LUÍS – MA, analisam o uso de softwares como recurso didático-pedagógico no processo de aprendizagem dos alunos do 5º ano do Centro Educacional Expedito Camilo, na cidade de São Luís - MA. Parte-se do seguinte questionamento: A utilização de softwares educativos no ambiente escolar adaptados aos conteúdos trabalhados em sala de aula facilita a aprendizagem significativa? Destaca-se, assim, a importância do trabalho integrado entre o professor e as tecnologias. Para a concretização da pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando-se a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados. A análise dos dados foi feita a partir do modelo qualitativo e das narrativas orais dos sujeitos a fim de capturar as suas experiências e percepções sobre essa temática. Percebe-se que utilizar o computador no meio educacional é uma tarefa bastante difícil, considerando-se a dinâmica das tecnologias disponíveis para a geração atual.

Esperamos uma boa leitura e que venha contribuir para outras pesquisas e estudos.

Margaréte May Berkenbrock-Rosito
Editora